

Campos defende lei contra os golpes

A futura Constituição deve conter dispositivos que a preservem e desestimulem as tentativas de golpe de estado. Esta é uma das propostas à Constituinte do candidato a deputado federal, Geraldo Campos, afirmando ser fundamental que se restrinja às funções das Forças Armadas.

A atual Constituição — declarou — determina que as instituições militares têm a tarefa de guardiães da ordem interna, enquanto isso é uma atribuição de direito dos poderes civis, compostos por autoridades eleitas pelo povo. Se este dispositivo continuar na Carta, «não teremos garantia de que esse Estado democrático que vivemos no momento seja um pouco duradouro».

O candidato do PMDB acredita que as Forças Armadas são encarregadas pela defesa da soberania nacional, ou seja, a guarda das fronteiras, 200 milhas marítimas, espaço aéreo e Antártida: «Não



Roosewlt Pinheiro

Geraldo: normas contra golpe

podemos permitir que exista uma lei na nossa Constituição que permita que esse ou aquele general em nome da defesa do regime, inter-

rompa a ordem constitucional, editando atos institucionais».

Geraldo Campos ressalta, no entanto, que reconhece a colaboração dos setores progressistas militares na História do País. Exemplificando com os episódios da nacionalização do petróleo, criação da Eletrobrás e, recentemente, na reserva de mercado da informática. No seu entender, a Nova República também poderia utilizar os setores progressistas, para acelerar o processo da Reforma Agrária.

Outro dispositivo que poderia ser utilizado na futura Constituição visando a garantia do Estado democrático, afirmou, estaria baseado na experiência da Venezuela — um dos regimes mais estáveis da América Latina — onde se prevê o «confisco dos bens dos que atentam contra a ordem constitucional».

Campos considera que essas prerrogativas legais não impedem que os militares participem do processo político do País.